
CICLO DE DEBATES SOBRE ÉTICA

A dimensão ética da existência humana

João Carlos Nogueira¹

1. Quando se fala de *ética* quase sempre se associa o termo a um outro que é a sua tradução latina, o termo *moral*, que sugere a idéia de uma disciplina normativa, de código que reúne séries de prescrições e proibições explícitas: faz isto, evita aquilo e assim por diante. Todavia, as regras, prescrições, interdições que fazem parte dos códigos morais vigentes nas sociedades humanas, não são *fins* em si mesmos e sim *meios* em vista do grande objetivo que polariza a existência: a realização profunda do nosso desejo de ser.

O termo *ética* deve ser entendido na perspectiva de um saber que não visa, em primeiro lugar, a apontar o que se deve fazer ou evitar concretamente do ponto de vista moral, mas indicar os princípios básicos que qualificam o agir humano sob esse mesmo prisma. Explica-se numa reflexão racionalmente fundamentada e crítica do agir enquanto realizado sob o domínio do sujeito que nele exprime o seu valor verdadeiro. Esse agir é a própria práxis por meio da qual buscamos realizar o nosso projeto de existência individual e social.

Ética vem do termo grego *ethos* cuja significação originária é *morada*, seja o *habitat* dos animais, seja a morada do homem, lugar onde ele se sente acolhido e abrigado. Esse primeiro significado é a matriz de um segundo sentido do *ethos* como *costume*, *modo* ou *estilo* habitual de ser. É no espaço aberto pelo *ethos* como espaço especificamente humano, que o homem é chamado a desdobrar a sua existência de ser racional e livre. Aqui o homem reconhece a exigência de expressar o seu ser como *dever-ser*. Rasga-se neste ponto o campo da *ética* como saber racional que busca regular a ação humana para que o homem possa atingir o seu bem, vale dizer, aquele que realiza e justifica a sua existência no exercício da liberdade no seio de uma comunidade, que é sempre uma *comunidade política* espaço privilegiado da sua realização. A questão ética, por conseguinte, não se restringe ao plano da aceitação das normas

socialmente estabelecidas nem se reduz ao problema da criação dos valores por parte de uma liberdade solitária. Nasce, na existência de cada um, da consciência dos valores implicados no reconhecimento da inalienável dignidade da pessoa humana e do sentido da responsabilidade pessoal frente ao outro, cujo rosto é um apelo constante a ser respeitado e promovido. É o outro, na verdade, que, na nudez do seu semblante, se me revela como exigência de liberdade que interpela a minha liberdade e apela para a minha responsabilidade diante dele. Os valores morais, que se referem ao valor da pessoa como um todo, qualificam nossa conduta como boa ou má conforme sejam respeitados ou deixem de o ser. Na medida em que é capaz de conhecer, apreciar e realizar tais valores, o homem surge como um *eu* pessoal. Quando desenvolve o senso deles está desenvolvendo o respeito da dignidade da pessoa. Quando os viola está cooperando para o abafamento do autêntico sentido da sua existência no mundo. A solicitude em relação a eles determina o grau de moralidade de uma sociedade.

O que está em jogo neste ponto é o próprio destino das sociedades humanas, as quais, enquanto sociedades essencialmente políticas, não podem deixar de abrir-se ao universo ético sob pena de se perderem sem remédio na dispersão dos desejos e das necessidades imediatas. O niilismo, que dramaticamente ameaça submergir as realidades éticas e políticas nas sociedades humanas, exige a retomada do caminho indicado, há mais de dois milênios, por Aristóteles: o homem enquanto o portador da *razão* que o define enquanto tal, deve ser por ela dirigido na sua práxis de indivíduo e cidadão. Aqui a idéia de *comunidade ética*, anterior aos problemas da relação do indivíduo isolado com o poder e com a satisfação de suas necessidades básicas, torna-se fundamental. A comunidade ética é a forma que assume a comunidade humana, na sua dimensão política na busca de realizar, no exercício da liberdade, o sentido da sua existência histórica e social.

2. A vida ética exprime-se essencialmente no empenho em atingir o ideal, quer dizer, aquela plenitude de nós mesmos que o nosso desejo de ser obscuramente anuncia e que, pela ação, tentamos de alguma forma realizar.

(1) Doutor em Filosofia pela Universidade Santo Tomás de Aquino, Roma, Itália, Professor Titular das Disciplinas de Ética e Antropologia Filosófica do Departamento de Pós-Graduação em Filosofia da Puccamp.

Todavia, vivemos numa sociedade marcada por desequilíbrios tão gritantes que considerações gerais a respeito da ética podem parecer distantes da realidade e da vida da maior parte das pessoas. O que tem a ver, por exemplo, o que expus anteriormente, com o problema da miséria e da fome de milhões de brasileiros? Diria que muito, na medida em que a reflexão - campo em que me coloquei nesta breve exposição - me põe em condições de avaliar com maior clareza a enorme distância que vai da realidade nua e crua da vida social à concretização da meta de justiça e de bem que a ética preconiza. A ética não tem que ser meramente teórica, sem compromisso com a prática. Se formula uma interpretação teórica do ethos comumente vivido é com a finalidade de melhor compreendê-lo para ajudar a elevar o nível da vida moral pelo esclarecimento e a persuasão. Não se trata, portanto, do exercício de uma razão puramente abstrata que nada tem a ver com o cotidiano dramático das pessoas, mas de uma razão concreta capaz de ler criticamente a realidade e emitir sobre ela um juízo de valor, denunciando as imposturas e as contradições de sua estrutura e organização.

A ética nos ensina a não ficar indiferentes aos valores e direitos da pessoa humana, sobretudo os daqueles que são sistematicamente violados. A pessoa humana constitui o seu centro e preocupação primeira. Sem ela a existência social se torna a expressão radical da insensatez e da falta de sentido.

3. Esta questão é decisiva porque nos coloca na esfera da elevação dos indivíduos do nível empírico ao plano da existência universal. É o projeto fundamental da racionalização do homem e do mundo no qual ele exerce sua atividade de ser racional.

A vida social e política decorre entre dois pólos básicos que a constituem como tal: de um lado o indivíduo dotado de razão capaz de exprimir-se em valores que implicam a liberdade e a própria dignidade do homem e do outro a exigência proveniente da mesma razão de elevar o indivíduo da sua particularidade empírica ao nível da universalidade que se faz concreta na realização desses mesmos valores pelo sujeito humano em comunicação viva e dinâmica com os outros na vida social.

O drama que hoje vivemos na civilização técnico-científica é exatamente o de ter chegado à conclusão de que é impossível articular racionalmente a dimensão ética da vida humana. Ora tal proclamação equivale a por em xeque a possibilidade mesma da realização do homem enquanto portador da razão. Daqui o nihilismo que assola a existência sócio-política da humanidade.

A dissociação entre o ético e o político representa uma consequência direta da concepção do homem como mero indivíduo, como alguém, portanto, que se constitui sem relação essencial com a sociabilidade. O homem é um ser, cujo estado natural não guarda nenhuma vinculação social ou política. Há, por conseguinte, nesta concepção a entrega de uma primazia do indivíduo sobre a comunidade. O indi-

víduo é um átomo social, portador de necessidades que exigem ser satisfeitas. A vida social se organiza toda a partir daqui. A chamada sociedade civil é precisamente aquela que se estrutura para responder ao problema das necessidades humanas básicas. O sentido primeiro da sociedade não é o da sociedade política mas de sociedade civil.

Sabemos por onde transitaram o pensamento e a práxis ético-política da modernidade até os dias de hoje. Perdido o solo ontológico do pensamento clássico onde a vida política deitava suas raízes, a busca de um novo fundamento para a ordem da liberdade no solo da subjetividade e da história levou à afirmação paradoxal da sujeição da liberdade à satisfação das necessidades psico-biológicas. A liberdade se torna essencialmente libertação de limites e se desdobra no campo das necessidades vitais para as quais o homem busca a satisfação. O paradoxo, nesta concepção, está justamente no fato da afirmação da liberdade repousar no pressuposto do primado do indivíduo particular com suas necessidades sobre a comunidade. Neste contexto a liberdade acaba servindo a fins exteriores a si mesma e perde o seu sentido radical de *fim-em-si* e *para-si*, que se expressa em primeiro lugar como liberdade ética ou liberdade que busca realizar o sentido último da racionalidade humana na atuação de valores como a veracidade, a justiça, a solidariedade, o respeito à vida.

Se o homem é um ser de desejo e de liberdade, de violência e de razão, como nos mostra a experiência histórica da humanidade, a ética é exatamente a busca - árdua e incansável - de conferir um sentido à liberdade em vista de uma ação consciente e responsável no mundo. Ora tal ação requer que o seu princípio ordenador seja oferecido por aquela ordem que Santo Agostinho chamava a "ordo amoris", enquanto o amor, como valor fundamental da vida, significa a capacidade sempre renovada de abertura ao outro para reconhecê-lo na sua liberdade e inviolável dignidade. Delineia-se aqui o grande horizonte dos direitos humanos, que se abre na consciência da humanidade atual como uma nova forma de comunidade ética, capaz de iniciar um processo de regeneração do tecido social desagregado pelo individualismo feroz e pela mortal falta de sentido para a liberdade.

4. Como se pode ver, esta questão se prende estreitamente a uma outra questão fundamental do universo ético, a da *consciência moral* - que se entende por consciência aqui no contexto destas considerações? Entende-se aquela realidade cuja função é ser testemunha do bem e do mal no interior do homem.

Ligada essencialmente à lei moral, da qual constitui uma plástica e fiel aplicação às situações particulares, trazendo em si os motivos que nos possibilitam avaliar moralmente o mundo em que desenvolvemos a nossa atividade de seres conscientes e livres, ela coloca um problema ao mesmo tempo antropológico e metafísico ao tocar a questão radical do sentido da vida humana que a nossa razão procura, por luzes e trevas, desvendar e compreender e o nosso agir pensosa-

mente tenta realizar. Por isto ela constitui o centro de nossa atividade moral. Mas a atividade moral, como exercício da liberdade de um sujeito inteligente que no seu agir tende conscientemente a um fim claro e definido, nada mais é do que uma expressão da personalidade. Tomo o vocábulo no sentido ativo que assume no uso comum, isto é, a pessoa que afirma e realiza os valores aos quais dinamicamente se orienta.

Consciência e personalidade, portanto, estão em relação íntima e viva. A personalidade para afirmar-se no seu significado mais nobre e alto, deve passar por um processo de filtração espiritual através da consciência. Quanto mais formada a consciência e dotada de fineza para perceber os valores, tanto mais rica e homogênea a personalidade. Quanto mais grosseira e deformada a consciência, tanto mais pobre e dispersa a personalidade.

Olhada no seu elemento dinâmico a personalidade indica o exercício da liberdade como processo de unificação e coordenação de valores em vista de uma meta definida. Radica-se e se exprime na pessoa que é o ápice de toda a natureza. O homem, como pessoa, toca o vértice da ordem natural. É o único ser que participa ao mesmo tempo do espírito e da matéria, porque situado na linha divisória destes dois mundos, sente não apenas as necessidades da vida material, como também as da vida espiritual. É capaz de pensar, de conceber projetos e agir em vista da consecução de um fim pré-fixado, utilizando as forças que existem em si, bem como as realidades que o cercam. À capacidade de pensar coliga-se a de refletir, de dobrar-se sobre si mesmo para examinar seu mundo interior. Neste olhar introspectivo percebe o fluxo contínuo dos fenômenos que se desdobram no âmago do seu universo interior e ao mesmo tempo se vê como um *sujeito* que permanece idêntico no meio do fervilhar das tendências e impulsos profundos que estimulam e solicitam sua ação.

Entretanto, como estas tendências estão desunidas e orientadas para direções diversas, se ele não consegue unificá-las a sua vida perderá a coesão e será votada à esterilidade que distingue a dispersão. Ora, ao homem fica sempre a possibilidade de por ordem e unidade nas suas tendências através da razão que lhes impõe o seu comando e as encaminha para um escopo preciso. O grande potencial de energia das tendências é canalizado e dirigido a um objetivo que cientemente colimamos. Esta é exatamente a personalidade que se afirma na unificação das próprias tendências, agrupadas e harmonicamente coordenadas.

A harmonia, que marca a pessoa unificada nos seus impulsos e inclinações, revela-se no agir, que é o meio pelo qual nos aperfeiçoamos na ordem moral e atingimos a fina-

lidade suprema da existência humana.

Assim a consciência instaura, no interior do homem, um diálogo perene com os valores, através dos quais lança seus apelos altos e veementes, que despertando-o para a sua responsabilidade existencial, arranca-o da indiferença e da dispersão da quotidianidade bruta, niveladora, para projetá-lo na transcendência do ser, onde, recomposto e reconciliado consigo mesmo e com os outros, ele toca a possibilidade de salvação que a todos é generosamente oferecida.

5. A ética representa, sem dúvida, o ponto mais alto do laborioso processo de espírito humano na busca dos valores que o solicitam na direção de sua auto-realização. De fato, como *ciência prática*, ela não se detém no processo de conhecimento da verdade mas procura trazê-la para o plano da vida, onde se decide a sorte de cada homem, porque ele não pode sobreviver fora de sua morada que é o *ethos*.

A questão ética hoje é a mais grave que se impõe à nossa civilização dominada pela tecnociência. Sem a ética o homem corre o risco de se perder irremediavelmente no universo sem alma dos objetos construídos pelo sistema técnico e não encontrar mais os pontos fundamentais de referência de sua existência de sujeito livre e responsável. Tal é o grande dilema da hora atual. Para solucioná-lo é preciso, a meu ver, recuperar o sentido daquela *phrónesis* ou sabedoria prática de que nos fala Aristóteles no livro VI da sua *ÉTICA À NICÔMACO*, cuja função é entregar com justiça a respeito dos bens que o homem pode realizar na ação e especialmente daquele que é o *melhor* entre todos que podem ser por ela alcançados. Assim a racionalidade da práxis que a *phrónesis* permite atingir estende-se à vida concreta e o homem se torna capaz de perceber e orientar-se ao tipo de vida condizente com a sua estrutura racional. Guiado pela sabedoria prática ele poderá alcançar com segurança a auto-realização. Esta, porém, não se dá automaticamente mas exige uma disciplina que impõe esforço e cuidado contínuo. A virtude ética, lembra-nos Aristóteles, hábito eletivo ordenado pela razão que visa a *tornar bom* o sujeito humano, forma-se pelo exercício, vale dizer, pela repetição de atos bons. A virtude, que resulta do hábito, consiste na expansão plena da existência humana. Realizar a própria existência racional ou, o que dá no mesmo, tornar-se o que se é, segundo a célebre expressão do poeta Píndaro, indica a obra própria do homem que se configura na busca da própria realização na obediência aos ditames da reta razão e no domínio da esfera apetitiva. A ação ética resulta da integração harmoniosa dessas duas dimensões.